



Corrente Sindical do Partido Operário Revolucionário

Membro do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional

Mais informações e contato: ☎ (11) 9 9990-3170

por@pormassas.org - fb.com/massas.por - pormassas.org

A Corrente Proletária defende que a assembleia aprove:

1. Que as Centrais e sindicatos convoquem um Dia Nacional de Luta, em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas, com paralisações e bloqueios. Que esse dia seja o ponto de partida para preparação da greve geral;
2. Que o governo Doria atenda a reivindicação que unifica os trabalhadores da educação, ativos e aposentados, que é o reajuste imediato dos salários. Bônus não é salário;
3. Que nenhum professor, funcionário e aposentado tenha o salário-base inferior ao salário mínimo do Dieese, hoje de R\$ 5.886,50;
4. Que o governo abra todas as salas de aula fechadas, e implante a reivindicação de, no máximo, 25 alunos por sala;
5. Que aprove uma verdadeira campanha contra a reforma administrativa e previdenciária, de Bolsonaro, Doria e Nunes;
6. Que a luta dos trabalhadores tenha como método a ação direta. Chega de subordinar o movimento ao Congresso Nacional, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores. Essa política só vem acumulando derrotas. Fortalecer os métodos próprios dos explorados;
7. Que a assembleia aprove uma Carta, a ser entregue à governadora petista e professora, Fátima Bezerra, RN, contra a perseguição política e pelo retorno da professora Mônica Morais a sua escola.

O dia 10 de novembro está marcado pela brutal repressão aos servidores municipais. A reforma da Previdência do prefeito Ricardo Nunes, MDB, será imposta sobre a base da violência policial aos manifestantes, que exigiam a

retirada do Projeto, que corta na carne de mais de 60 mil aposentados, e outros milhares de servidores que não alcançam o teto do INSS. Nunes fez o que Doria e Bolsonaro fizeram com os trabalhadores e funcionários públicos, para fazer valer a reforma da Previdência dos capitalistas. Mas, não pôde aprová-la sob o silêncio dos servidores, que, em greve, realizaram inúmeros atos contra a reforma. Nesse sentido, a assembleia dos professores estaduais rechaça a conduta autoritária e repressiva do prefeito de São Paulo. Reforça a necessidade de unificar a luta contra os ataques dos governantes aos direitos dos servidores. E exige que os sindicatos e centrais convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, contra as reformas antipopulares e antinacionais da burguesia e de seus governos. A ação centralizada dos governos tem de ser respondida por meio da ação unitária, massiva e de rua dos trabalhadores.

A situação para o conjunto dos trabalhadores tende a piorar. A crise econômica, agravada com a Pandemia, vem destruindo forças produtivas, e obrigando a burguesia e governos a imporem duros ataques aos empregos, salários e direitos. A fome e a miséria se alastram por todo o país. As crianças e jovens são as principais vítimas, porque são sacrificadas no seu desenvolvimento físico e mental. Um dado é suficiente: 9 milhões de crianças passam fome; 1 em cada 3 crianças sofre de anemia, desnutrição; 40 milhões de alunos da rede pública dependem da refeição diária nas escolas. Os capitalistas, por sua vez, avançam com a implantação da flexibilização capitalis-

ta, lay-off, PDV, férias coletivas, etc. E não há uma resposta coletiva por parte das direções sindicais. Os movimentos e greves são isolados e, assim, acabam em derrotas. É preciso dar uma basta a essa situação. Daí a proposta de um Dia Nacional de Luta, uma manifestação massiva e coletiva em todo o país, como um passo para unificar a luta dos explorados por um programa próprio de reivindicações.

Essa assembleia também tem de responder às reivindicações particulares. Deve exigir que Doria atenda a reivindicação que unifica os trabalhadores da Educação, que é o reajuste salarial. Os salários, que já eram minguados, foram congelados. O que vem pauperizando setores do funcionalismo, como é o caso dos funcionários de escolas, que têm como salário-base R\$ 561,00. E que vem empurrando um contingente grande de professores estaduais a buscar outras fontes de renda, resultando em jornadas estafantes de trabalho. Diante do descontentamento, Doria anunciou um bônus para uma parcela de professores, deixando de fora os funcionários das escolas e aposentados. Mais divisão se instalou. Está aí por que a luta tem de ser por reajuste salarial para repor as perdas. E o caminho é o da unidade e o da ação direta.

Doria aproveitou a Pandemia para avançar com a farsa das escolas de tempo integral e a

reforma do ensino médio. Mais de 1.000 escolas foram transformadas em PEIs, a BNCC para o ensino médio vem sendo imposta, e a EJA, desmontada. Inúmeras salas de aulas e cursos noturnos foram fechados. E as consequências são: desemprego, expulsão do aluno-trabalhador, e salas de aula superlotadas. Para responder tamanho ataque, é necessária a unidade dos trabalhadores da educação, estudantes e pais, por meio dos métodos próprios dos explorados, manifestações de rua, greves, ocupações.

Há ainda a luta contra a reforma administrativa de Bolsonaro, a PEC 32, que elimina várias conquistas da maioria do funcionalismo, e preserva os privilégios da minoria. Doria, por meio do PLC 26, antecipou parte da PEC 32. Nunes não faz senão seguir os passos de Doria e Bolsonaro. O corporativismo e as ações dirigidas aos deputados e vereadores, sob as bandeiras eleitoreiras de “se votar não volta”, “convencer parlamentares” e “vira o voto” só levam a derrotas. Nesse sentido, a assembleia tem de aprovar o método próprio dos trabalhadores, para enfrentar a política nefasta dos governantes. Para isso, é fundamental que se aprove uma assembleia, antes do final do ano, para discutir a resposta de Doria às reivindicações dos trabalhadores da Educação.

Pelo retorno imediato da professora Mônica Moraes à sua escola! Pelo fim das perseguições políticas aos lutadores!

Que a governadora do Rio Grande do Norte (PT) reconduza a professora, punida pelo diretor bolsonarista e pela política da “Escola sem Partido”!

A assembleia de 19 de outubro aprovou uma moção de solidariedade à professora Mônica Moraes. Foram inúmeras as moções assinadas pelos sindicatos e centrais, que foram entregues às autoridades educacionais do Rio Grande do Norte. Mas, até o momento, a professora não foi reconduzida à escola. É preciso que o movimento de defesa de Mônica assumira a real dimensão

desse ataque, sem fundamento educacional e funcional. É necessário que os partidos políticos, que defendem verdadeiramente o direito de expressão, e que se insurgiram contra o obscurantismo bolsonarista, saiam em defesa da justa luta pela recondução de Mônica à sua Escola (Prof^ª Ivani Machado Bezerra). Que a assembleia aprove uma Carta, a ser entregue

à governadora petista, Fátima Bezerra, em defesa do direito à liberdade de ensino e de expressão. A punição à professora é um ataque ao direito à livre atuação sindical, uma vez que a professora possui histórico de defesa dos interesses coletivos da sua categoria, e implementou todas as decisões e orientações do SINTE/RN, durante a Pandemia.